



TEMOS OBRIGAÇÕES MORAIS PARA COM OS MAIS DESFAVORECIDOS?

15 junho 2026

A erradicação da pobreza não é apenas não é apenas uma meta económica ou política; é o maior desafio ético da nossa era. Esta análise, assente na filosofia, combina o altruísmo eficaz, de Peter Singer, com a justiça estrutural face a um sistema internacional injusto, de Thomas Pogge, defendendo uma ética de responsabilidade global assente na dignidade humana.

O mundo contemporâneo é atualmente marcado por uma contradição ética profunda: o desenvolvimento tecnológico e a riqueza global atingiram patamares históricos, coexistindo, todavia, com a persistência da pobreza extrema. Este cenário interpela a nossa consciência moral e obriga-nos a enfrentar um problema central: temos obrigações morais para com os mais desfavorecidos? Este artigo argumenta que a erradicação da pobreza não é um ato de caridade opcional, mas sim um imperativo moral inadiável. Esta posição fundamenta-se na ética utilitarista de Peter Singer, sendo reforçada pela visão institucional de Thomas Pogge. Com base nestes modelos teóricos filosóficos, conclui-se que a omissão face à pobreza extrema é moralmente indefensável e constitui uma viola-

ção da coerência que devemos ao valor da vida humana. Para uma análise rigorosa, importa distinguir dois conceitos: a pobreza absoluta, caracterizada pela privação de bens essenciais à sobrevivência, como água potável, saneamento e alimento; e a pobreza relativa, que ocorre quando os recursos são suficientes para a subsistência, mas o padrão de vida é significativamente inferior à média da sociedade, impedindo a integração social e cultural do indivíduo. Filosoficamente, o debate assenta na distinção entre deveres positivos, o dever de ajudar, e deveres negativos, o dever de não causar dano.

Os argumentos fundamentais de Peter Singer e Thomas Pogge

Tendo por base a tese de Peter Singer, pode referir-se o seu “Princípio da Prevenção do Mau”: se podemos evitar que

algo de mau aconteça sem sacrificar nada de importância moral comparável, devemos fazê-lo. Singer ilustra este dever através da Analogia do Lago: se, ao passarmos por um lago, avistarmos uma criança em risco de se afogar, todos concordamos que temos a obrigação moral de a salvar, mesmo que isso implique sujar a nossa roupa ou estragar os nossos sapatos. O custo material é insignificante face ao valor da vida humana. Singer transpõe esta lógica para a pobreza global, argumentando que não temos desculpa para não doar o valor de bens supérfluos para salvar a vida de alguém. A distância física entre nós e quem sofre não atenua, de forma alguma, o peso moral da nossa omissão. Se a proximidade física no caso da Analogia do Lago não é o que cria a obrigação, mas sim a nossa capacidade de agir, então o facto de uma criança estar a morrer de fome a dez mil quilómetros de

FIGURA 1. QUADRO COMPARATIVO DOS CONCEITOS E MODELOS TEÓRICOS UTILIZADOS

Fonte: Materiais de apoio do 10º e 11º ano, Escola Secundária Vergílio Ferreira.

FILÓSOFO E PERSPETIVA	CONCEITO-CHAVE E FUNDAMENTAÇÃO	ARGUMENTAÇÃO E MODELO TEÓRICO	IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E DEVER POLÍTICO
Peter Singer <i>Utilitarismo Consequencialista</i>	Princípio de Prevenção do Mal: Se está nas nossas mãos evitar que algo muito mau aconteça, sem com isso sacrificar nada de valor moral comparável, temos a obrigação moral absoluta de o fazer.	- Analogia do Lago: Salvar uma criança que se está a afogar num poço ou lago artificial sobrepõe-se a qualquer custo material menor (como estragar vestuário caro). - O valor intrínseco de uma vida humana supera e anula qualquer preferência por bens de consumo supérfluos.	- A distância geográfica, cultural ou a nacionalidade não diminuem a responsabilidade moral. - Manter riqueza supérflua em vez de a direcionar para a mitigação da pobreza extrema é moralmente injustificável. - Dever positivo de maximização do bem-estar global.
Thomas Pogge <i>Justiça Institucional Cosmopolita</i>	Justiça das Instituições Globais: A pobreza global não é uma fatalidade natural, mas sim o resultado direto de uma ordem económica mundial injusta, ativamente imposta e mantida pelas nações mais ricas.	- Dever Negativo de Não Causar Dano: Baseia-se na premissa de que os países desenvolvidos violam os direitos humanos dos mais pobres ao moldarem regras internacionais (comércio, patentes, fluxos financeiros) em benefício próprio. - A assimetria de poder perpetua a opressão económica.	- A ajuda externa e o financiamento do desenvolvimento não constituem atos de caridade ou beneficência, mas sim um imperativo ético de reparação e compensação histórica. - Exigência de reestruturação profunda das instituições económicas globais
Robert Nozick <i>Libertarismo / Titularidade</i>	Inviolabilidade da Propriedade: A autonomia individual e o direito à propriedade privada legitimamente adquirida são absolutos. Qualquer interferência externa viola a liberdade fundamental.	- Crítica à Redistribuição Forçada: A cobrança coerciva de impostos pelo Estado para fins redistributivos é conceptualmente equivalente ao “trabalho forçado”. - O indivíduo é o proprietário legítimo exclusivo das suas capacidades, do seu tempo e dos frutos do seu esforço.	- O Estado deve limitar-se a funções mínimas de segurança e proteção de contratos (Estado Mínimo). - O auxílio a terceiros e a mitigação da pobreza global devem ser estritamente do foro da beneficência voluntária e da caridade privada, nunca uma obrigação legal imposta.

distância é irrelevante para o nosso dever de auxílio. Na verdade, ao preferirmos o consumo de bens triviais ao financiamento de cuidados de saúde básicos, estamos a agir como o passante que deixa a criança afogar-se no lago para não sujar o seu fato novo. A omissão, neste contexto, deixa de ser um direito de liberdade e passa a ser uma falha moral grave.

No mesmo sentido, a perspectiva de Thomas Pogge introduz uma dimensão crucial ao deslocar o foco da benevolência individual para a justiça institucional. Segundo o autor, não temos apenas o dever positivo de ajudar (como defende Singer), mas temos, acima de tudo, o dever negativo de não colaborar numa ordem global que viola os direitos humanos. Pogge argumenta que as nações desenvolvidas, ao desenharem as regras do comércio internacional, do sistema financeiro e da propriedade intelectual, impõem um esquema institucional que asfixia as economias mais frágeis.

Esta visão é fundamental, porque revela que a pobreza extrema não é um fenómeno natural ou um “azar” geográfico, mas sim o resultado de escolhas políticas e económicas inadequadas. Pogge demonstra que, ao beneficiarmos de recursos e produtos provenientes de sistemas que exploram populações vulneráveis, estamos a violar o dever negativo de “não causar dano”. Portanto, a erradicação da pobreza deixa de ser vista apenas como um ato de generosidade para passar a ser um imperativo de reparação: temos a obrigação de reformar as instituições que ajudamos a sustentar e que, ativamente, impedem o desenvolvimento dos mais pobres.

O princípio da titularidade de Robert Nozick

Em oposição, Robert Nozick defende que a redistribuição de riqueza é uma violação da liberdade individual. Para Nozick, se a riqueza foi obtida de forma legítima, qualquer imposto forçado para ajuda externa assemelha-se a “trabalho forçado”. Esta visão assenta no Princípio da Titularidade: a ideia de que somos proprietários absolutos do nosso corpo, do nosso tempo e dos bens que adquirimos sem violar os direitos de outrem. Para o autor, se o Estado nos obriga a entregar parte do nosso rendimento para ajudar desconhecidos, está a tratar-nos como meros instrumentos para os fins de terceiros, violando a nossa autonomia.

No entanto, esta perspectiva revela-se eticamente frágil ao ignorar que a liberdade de um indivíduo só tem significado se as suas necessidades biológicas básicas estiverem asseguradas. Ao contrário de Singer, que prioriza a minimização do sofrimento, Nozick prioriza a inviolabilidade da propriedade. Contudo, no confronto entre o direito de manter um excedente de luxo e o direito de outrem a não morrer de fome, a hierarquia moral deve pender para a preservação da vida. Além disso, a visão de Nozick desconsidera as injustiças estruturais apontadas por Pogge, assumindo que todos partem de uma posição de igualdade, o que é factualmente falso num mundo moldado pela exploração histórica. Assim, a liberdade libertária acaba por ser a liberdade de ignorar a morte evitável, o que é logicamente inconsistente com o valor universal que atribuímos à humanidade.

A coerência no valor da vida

Adicionalmente, confrontando Singer e Pogge, concluímos que ambos são necessários. Singer oferece a urgência da ação individual, enquanto Pogge nos lembra que o nosso dever nasce também da responsabilidade de beneficiarmos de um sistema que oprime outrem. A moralidade exige, portanto, tanto a ajuda direta quanto a reforma das instituições.

Pode considerar-se que este argumento é reforçado pelo Argumento da Coerência no Valor da Vida. Se afirmamos que todas as vidas humanas têm o mesmo valor intrínseco, então a vida de uma pessoa num país distante deve ter para nós o mesmo peso moral que a vida de alguém próximo. Se não aceitamos que uma criança morra de fome à nossa porta, mas aceitamos que isso aconteça noutro continente enquanto gastamos dinheiro em luxos triviais (como jogos, roupa de marca ou entretenimento descartável), estamos a ser moralmente inconsistentes. Defendo que o valor de uma vida não pode diminuir à medida que a distância aumenta. Se a vida é o bem supremo, a sua preservação deve estar acima dos nossos desejos de consumo.

Uma crítica adicional é possível ao argumento central deste artigo é a Objeção da Eficácia, que sugere que a ajuda individual é apenas uma “gota no oceano” e que o dinheiro muitas vezes não chega ao destino devido à corrupção. No entanto, este é um raciocínio falacioso. O

facto de não podermos salvar todos os seres humanos não nos retira a obrigação de salvar aqueles que podemos. Se seguíssemos esta lógica, o médico não salvaria um paciente porque não pode curar todos os doentes do mundo. Além disso, hoje temos acesso a movimentos como o “Altruísmo Eficaz”, que avalia cientificamente quais as instituições que melhor aproveitam cada Euro doado. Assim, a dúvida sobre a eficácia deve servir para nos levar a pesquisar melhor onde ajudar, e nunca como uma desculpa para o imobilismo.

Conclusão

A erradicação da pobreza é o maior desafio ético da nossa era. Ao integrarmos a urgência de Singer com a consciência de justiça de Pogge, percebemos que a nossa abundância está intrinsecamente conectada à escassez de outrem. A solução para as sociedades contemporâneas passa pela transição de uma cultura de consumo descartável para uma ética de responsabilidade global. A preservação da vida deve, em último caso, prevalecer sobre o privilégio do consumo.

Esta mudança de paradigma exige que deixemos de olhar para os direitos humanos como meras declarações teóricas e passemos a vê-los como compromissos práticos. Se a vida humana tem, de facto, o valor infinito que lhe atribuímos, a nossa indiferença perante a pobreza absoluta deixa de ser um direito de liberdade individual, como defendia Nozick, para se tornar uma falha moral profunda. Ser coerente com a dignidade humana significa aceitar que o nosso bem-estar não pode ser construído sobre o sofrimento evitável de outros.

Assim, erradicar a pobreza não é apenas uma meta económica ou política; é o teste final à nossa integridade moral e à nossa capacidade de reconhecer o outro, independentemente da distância, como um semelhante com igual direito ao futuro. ●

<https://doi.org/10.26619/2183-4822.2026.CJ.8>

Leituras adicionais sobre o tema

- Nozick, Robert. (2009). *Anarquia, Estado e Utopia*. Biblioteca de Teoria Política, Edições 70 (trad. Port do original de 1974).
- Pogge, Thomas (2001). Relational Conceptions of Justice: Responsibilities for Health Outcomes, *Veritas*, Vol. 46, Nº 1, Março 2001.
- Pogge, Thomas (2005). World Poverty and Human Rights. *Ethics & International Affairs* 19, no.1 (2005).
- Singer, Peter (2000). *Ética Prática*, Lisboa, Gradiva, 2000. (trad. port. de Álvaro Augusto Fernandes do original, *Practical Ethics*, Cambridge University Press, 1993).
- Singer, Peter (2004). *Um Só Mundo, A Ética da Globalização*, Lisboa, Gradiva, 2004.